



A DOCTRINA TRUMAN E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL: O LOBBY JUDAICO NA POLÍTICA AMERICANA

Helen Rocha Rotta¹

Resumo

O presente artigo tem como proposta analisar as possíveis convergências entre o movimento sionista e a política externa americana pós segunda guerra mundial – início da guerra fria – para a fundação do Estado de Israel. Pretende-se compreender como o lobby judaico influenciou na política americana e como este se utilizou dos mecanismos disponíveis para barganhar tal influência. Além disso, podemos citar como fator importante a ascensão pós morte de Frankiln Roosevelt, do presidente Harry Truman e a mudança na postura frente aos assuntos diplomáticos com o oriente, beneficiando aos judeus.

Palavras Chave: Doutrina Truman. Sionismo. Estado de Israel.

1. Introdução

Uma temática conflituosa como a criação do estado de Israel requer uma abordagem concisa e objetiva. A criação do Estado de Israel não foi um acontecimento isolado e sim um projeto traçado a longo prazo e minuciosamente arquitetado.

Contando com o apoio dos europeus, primeiramente, e após a segunda guerra Mundial, dos Estados Unidos, os sionistas - empenhados continuamente desde a segunda metade do século XIX - conseguiram a efetivação deste projeto, aproveitando-se da situação mundial no início da guerra fria e aliando-se irrevogavelmente aos americanos.

Pelos fatores citados acima, pode-se estabelecer uma análise voltada para a busca dos nexos entre o movimento sionista e a política americana, compreendendo como os sionistas adentraram nas instituições e de que maneira influenciaram a máquina estatal ao ponto de interferir nas decisões externas. Contudo, o curioso deste apoio foi que o presidente Harry Truman não pensou na permanência das relações diplomáticas – pautadas anteriormente por Roosevelt – estabelecidas no oriente e, ao aliar-se aos sionistas, abalou seriamente os interesses econômicos e segurança nacional dos americanos, rompendo acordos feitos e estabelecendo uma situação tensa e propensa ao conflito.

A importância desta temática consiste então em entender os motivos deste apoio, a princípio sem sentido e com permanência até a atualidade. O apoio a Israel nos diversos

¹ Acadêmica do 7º semestre do curso de História, Licenciatura Plena, na Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Orientada pela professora Cíntia Vieira Souto. Email: helenrotta@yahoo.com.br.

estratos americanos é extremamente eficaz, ao ponto de ser este o entrave para acordos que pacificariam a região da Palestina. Ao mesmo tempo, é fundamental compreender um apoio que abala a economia e segurança da maior potência capitalista, que para respaldar outra nação, coloca seus interesses em segundo plano (Mearsheimer e Walt, 2006).

2. O Sionismo e a Atuação dos Judeus na Europa

Segundo Carreras (1991), ao abordarmos o termo o sionismo, podemos dividi-lo em duas vertentes: uma mística-religiosa e outra política – que ganhou espaço no século XIX na Europa. O sionismo tem suas origens em um movimento místico da religião judaica e de promoção da consciência coletiva do povo judeu. Este tinha como objetivo principal manter a unidade do povo judeu, vinculado a Israel e tendo a Torá como fundamento desta unidade. O sionismo místico se manteve ativo durante o período medieval e moderno, quando se evidenciava cada vez mais na Europa as diferenças entre a realidade religiosa e cultural dos judeus e a dos ocidentais com o aumento do antissemitismo. Essa situação propiciou o surgimento do sionismo político.

A Europa com suas atitudes crescentes antisemitas – a exemplo do “Caso Dreyfus²”, na França – enxergou crescer em sua frente um movimento articulado e nacionalista fervoroso de retorno à terra prometida. Existem outras especulações que comprovariam as motivações políticas do movimento, como Stevens (1962), que defendem o caráter nacionalista dos judeus em reação a relações sociais que se estabeleciam na Europa, fazendo com que os judeus perdessem sua identidade. Contudo, o que se pode notar é que inúmeros elementos contribuíram para o fomento do nacionalismo judaico, e não somente um fator isolado, sendo o final do século XIX e até a primeira metade do XX marcantes com respeito às perseguições judaicas no cenário europeu. Pinsky (1978) considera que o aumento destas perseguições na parte oriental da Europa – a exemplo dos Progroms e mais tarde, o Holocausto – contribuiu seriamente para o debate sobre um “lar judeu”. Um dos primeiros a pensar em nacionalismo judaico foi Leão Pinsker, em 1882, que entendia a necessidade de emancipação do povo judeu em resgate da sua identidade e história. Pinsker propunha que os estratos mais altos das sociedades judaicas como financistas, cientistas, estadistas e outros, ou seja, todos pertencentes à elite, estabelecessem um diretório de gerenciamento dos assuntos judaicos, a fim de assegurar o estabelecimento deste lar. Outro nome importante foi o de Theodor Herzl, um jornalista, dramaturgo e escritor do livro *Judenstaat* (Estado Judeu), argumentando que o Estado nacional judaico resolveria os problemas do anti-semitismo europeu. Neste sentido, podemos considerar que:

² Alfred Dreyfus era um oficial do exército francês, judeu, condenado à morte por traição e espionagem em favor da Alemanha. Acusado de escrever uma carta suspeita que teria sido encontrada na embaixada alemã, em Paris e entregue no serviço secreto francês.

O antissemitismo aumenta dia após dia, de hora em hora. E continuará a crescer porque suas causas continuam a existir e não podem ser suprimidas, etc. Tantas afirmações desesperadas e desesperantes só poderiam resultar na vontade de edificar em qualquer lugar, na Venezuela, em Uganda ou na Palestina, mas na escala de um Estado, um imenso gueto onde os judeus poderiam encontrar-se e entoar juntos “cantos patrióticos” e onde “o ensino recorreria a história dos macabeus, à religião, a peças heroicas , etc.” . (LAQUEUR apud SOLIMAN, 1990, p. 20).

Na passagem acima, podemos entender que Soliman ressalta a necessidade entendida pelos judeus do nascimento de uma unidade – de caráter maior que os guetos promovidos pela Alemanha nazista, por exemplo – que contemplasse a todos os anseios do povo sem pátria disseminado pela Europa. Em 1897, Herzl organizou um congresso na Basileia reunindo líderes judaicos e propondo ações. Constatou o Barão Hirsh e o importante banqueiro da família Rothschild para cuidarem das questões econômicas e possíveis futuras barganhas diplomáticas. Neste mesmo congresso, foi decidido que a região da Palestina seria o lugar onde seria estabelecido o Estado Judeu.

Iniciava-se aí uma rede de interesses em comum da Europa com o movimento sionista. A região da Palestina – até o fim da I Guerra sob domínio do império Turco-Otomano – interessava aos ingleses aos seus interesses econômicos. A Inglaterra vinha assistindo seu apogeu econômico desde a revolução industrial, e na segunda metade do século XIX, mesmo com a emergência de outras potências, como Alemanha e França, já havia se tornado o centro econômico do mundo, comercializando todo o tipo de tecnologias e estabelecendo instituições bancárias e de crédito financeiros extremamente eficientes. Antônio Carlos Lessa³ argumenta que o mundo não-europeu teria se curvado às exigências expansionistas inglesas, ressaltando que já em 1838, o império Otomano concedeu em troca de proteção às ambições Russas, um tratado de comércio que taxava apenas em 5% os produtos importados vindos da Inglaterra, o que levou as manufaturas locais ao sério prejuízo ou à ruína.

Em 1901, foi criado um fundo financeiro nacional judaico, contando com o apoio do secretário britânico das colônias, criado para a arrecadação de fundos, centralizando o dinheiro e aplicando-o em compras de terras e das colonizações. O próximo passo seria conseguir a liberação da Inglaterra para a criação das instituições na região. E isso aconteceu rapidamente, através do acordo Sykes-Picot, em 1916, que previa a divisão do império Otomano em áreas de influência e de interesse das potências européias. Em 1917 foi redigida a “Declaração de Balfour”. O que se pode tecer de comentário acerca deste documento é que ele representa a grandeza da participação da elite burguesa judaica, em

³ LESSA, Antonio Carlos. O liberalismo e a expansão do modelo inglês (1848-1870). In: LESSA, Antonio Carlos. **História das relações internacionais: a pax britânica e o mundo do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 99-100.

prol do crescimento do projeto da Basiléia. Lord Rotshchild, banqueiro judeu importante, conseguiria através de uma “carta de colonização” a autorização por Arthur Balfour, secretário britânico, para o estabelecimento de instituições na região da Palestina após a instalação dos mandatos britânicos de 1923, através das agências judaicas estabelecidas no acordo dos próprios mandatos. A Declaração de Balfour evidenciava todo o teor colonialista das intenções sionistas e britânicas na região, desconsiderando o povo árabe e tratando-os apenas como não judeus e comprovando a ação expansionista sob as nações subdesenvolvidas.

Do período do mandato britânico sob a Palestina⁴ (1923) até a criação do Estado de Israel (1948), os sionistas se instalaram na região palestina como seus proprietários, criando suas instituições, organizando forças armadas – como a Haganah, controlado pela Agência Judaica – e enfrentando as intempéries do nascente nacionalismo árabe e as disputas judaico-árabes. Ao fim da II Guerra Mundial, a Inglaterra encontrava-se em uma crise financeira:

A economia da Inglaterra foi profundamente enfraquecida pela guerra, seu comércio exterior solapou, agora à mercê das importações, que dobraram sua dívida externa.[...] e não podia mais manter seu extenso Império, nem mesmo na Palestina. E justamente quando teve de enfrentar essa grave crise financeira, a dureza do nacionalismo árabe veio substituir a docilidade dos antigos governos. (GOMES, 2001, p. 35).

A citação de Gomes nos mostra que em contrapartida a toda a movimentação sionista que era apoiada pelos britânicos, o contexto caminhava para um cenário diferenciado que emergia no oriente: o nacionalismo árabe. No cenário internacional, a coalizão aliada se desfazia com o início da guerra fria. Com todas essas mudanças, os sionistas perceberam que deveriam buscar novas possibilidades para obter o apoio. Através das relações diplomáticas entre os judeus ingleses e americanos, traçaram uma nova rota, visando a inserção das ambições sionistas em território americano.

3. O Lobby Judaico na Política Americana

O declínio da Inglaterra como potência mundial depois da segunda guerra gerou um vazio de poder na região do oriente, visto que velha potência colonial não mais poderia administrar a região. Os britânicos se viram obrigados a buscar o apoio norte-americano, pois assim poderiam de alguma forma, assegurar sua permanência na região, mesmo que de forma debilitada. O interesse dos Estados Unidos, nessa ocasião, se justificou por este vazio que a retirada da Inglaterra iria propor, trazendo para perto a URSS que seria mais um

⁴ O mandato britânico na Palestina se tratava de um documento redigido na Conferência de San Remo, em 1920, datado de 1923 até 1948, que estabelecia as áreas de domínio britânico em território palestino. Além disso, no termo do mandato estavam previstas diretrizes que asseguravam a concretização de acordos já feitos anteriormente sobre a criação do lar judeu na região - como o caso da Declaração de Balfour - no sentido de manterem-se os compromissos já estabelecidos entre o governo com os sionistas.

problema no oriente, aliado ao crescente nacionalismo. Assim, em 1947, a Inglaterra transfere aos Estados Unidos a defesa do oriente no que tangia seus espaços definidos anteriormente no mandato de 1923, antecipando seu fim, previsto para 1948. Contudo, devemos atentar para as decisões que o governo americano tomou nesta ocasião, sabendo que os interesses americanos já estavam assegurados na região. As motivações desta rede de acontecimentos que se iniciaram com a transferência dos territórios palestinos até a criação do Estado de Israel encontra-se em um emaranhado de interesses.

Os interesses americanos no oriente estavam calcados, há longo tempo, no comércio e no petróleo, além das rotas do canal de Suez e na Turquia. Havia uma boa relação entre oriente e América e isso era fundamental para proteção das instituições estadunidenses. Durante a primeira metade do século XX, a posição americana foi de afastamento da região do oriente, assistindo as crescentes agitações de longe. No período entre guerras, os Estados Unidos firmaram suas companhias de petróleo no Kuwait e Iraque e asseguraram sua parte privilegiada e exclusiva nas indústrias da Arábia Saudita. No decorrer da segunda guerra, a diplomacia do presidente Franklin Roosevelt manteve uma boa relação com os árabes, garantindo seus privilégios comerciais e cultivando a política de boa vizinhança já estabelecida anteriormente. Porém, em 12 de abril de 1945, Roosevelt faleceu, sendo substituído por seu colega de partido, Harry Truman. A morte de Roosevelt acarretaria uma nova postura da política externa americana, reconfigurando as relações na região.

O presidente Harry Truman deu novos nortes à política americana. Alguns autores como Gomes (2001) argumentam que Truman não estava completamente por dentro dos assuntos que diziam respeito ao oriente e que foi precipitado em suas ações. Ameaçou, sucessivamente, a segurança e os interesses da nação americana e causou uma situação de conflito entre os países, não só do entorno da região, mas também no equilíbrio de poderes dos blocos hegemônicos que emergiram da segunda guerra mundial. Ao lançar, em 12 de março de 1947, no congresso nacional a Doutrina Truman, o presidente afirmou uma política anticomunista, aliada ao Plano Marshall⁵, de contenção da expansão soviética e, não só rompeu com a lógica da política externa no oriente, como colocou os Estados Unidos em uma situação de conflito com os árabes, uma vez que abriu espaços para hostilidades que acarretariam um prejuízo econômico de altíssimo custo, ameaçando as concessões de petróleo que a nação havia garantido. Além disso, abriria espaço para a aproximação da URSS que apoiava o nacionalismo árabe, indo também contra as políticas de contenção da ameaça comunista que os Estados Unidos propunham com o próprio lançamento da doutrina. Mas certamente esta mudança radical frente aos assuntos palestinos adotada por

⁵ O Plano Marshall foi criado como um aprofundamento da Doutrina Truman, oferecendo ajuda americana aos países prejudicados no pós segunda guerra. Esse plano, embora tenha sido oferecido a todos os países, inclusive à URSS e aos países de sua esfera, foi rejeitado pelo bloco comunista.

Truman não surgiu do nada. Houve convergência de interesses entre os sionistas e os formuladores da política externa americana.

A chegada de judeus aos Estados Unidos não ocorreu após a segunda guerra. Estes já se encontravam em solo americano muito antes, sendo que em 1939 já existiam entidades judaico-sionistas trabalhando para a aproximação destas com os parlamentares. A partir desta data, começaram uma caminhada longa e muito bem articulada para obterem seus resultados até 1948. Analisando a inserção do sionismo nos Estados Unidos, podemos dividi-lo em dois blocos: um que conta com um plano de obtenção e mobilização da opinião pública em prol da criação do Estado de Israel e outro que se dedica a alcançar as plataformas políticas dos partidos americanos, visando a entrada da causa sionista como política de Estado.

A organização interna se fez ainda mais necessária após o lançamento do Livro Branco de McDonald⁶, que representou para os sionistas um impulso em busca da terra prometida. Em 1942, realizaram o Congresso de Biltmore, reunindo todos os grandes líderes sionistas do mundo, com o objetivo de comover todos os judeus americanos pela causa da criação do Estado de Israel, visto que nem todos a apoiavam. No Congresso ficou explícita, pela primeira vez, a ambição dos sionistas por um Estado judaico. Segundo Gomes, até então, a palavra “Estado” não havia sido usada, devido às contradições que esta geraria, sendo constantemente substituída por “lar judaico”:

A conferência reivindicava que os portões da Palestina sejam abertos; que a Agência Judaica seja investida com o controle da imigração à Palestina e com a necessária autoridade para construir o país, incluindo o desenvolvimento de terras não-ocupadas e não-cultivadas, e que a Palestina seja estabelecida como um Estado Judeu integrado a estrutura do novo mundo democrático. (GOMES, 2001, p. 55).

A partir daí, a instrumentalização da religião judaica foi utilizada por rabinos para a aceitação dos judeus não-sionistas. Mobilizou-se toda a comunidade em eleições de delegados para formação de comitês, até a realização de uma Conferência Judaica Americana, em 1943, que contou com mais de 65 organizações espalhadas pelo país. Assim como existiram movimentos de organização para formação do Estado de Israel na região da Palestina e comandado por Judeus, houve os que não concordavam com a política de separação dos árabes, como foi o caso do presidente de uma das principais organizações judaicas, Joseph Proskauer. Proskauer era presidente do *American Jewish Committee*, apoiava a causa da imigração judaica para a Palestina, porém, se mostrou contrário a separação dos árabes que já estavam no território. Dizia ele, que o judaísmo não era para ser concebido como uma política ou nacionalidade e sim, como uma religião de

⁶ O livro Branco de 1939 ou de McDonald propunha uma Palestina, pós fim de mandatos, como estado uno. Esta não deveria se dividir, permanecendo sob o governo dos judeus.

valores universais. Assim, o *American Jewish Committee* abandonou a conferência, colocando-se a favor de um mandato que colocasse a região nas mãos das Nações Unidas. Obviamente, a organização foi taxada de antissionista e todos os judeus que se mostravam contrários a resoluções decididas por uma maioria foram perseguidos e silenciados.

Outra medida adotada para a aceitação pública foi chegar até meios de difusão direta de opinião, como jornais, escolas e mídias em geral. Em um total de 25 jornais da época, somente 5 deles eram contrários a criação do Estado de Israel, ou seja, existiam 20 periódicos pró-Israel, todos incluindo acontecimentos, programas e ações dos comitês nos Estados Unidos e no mundo, noticiando e incentivando diariamente. Dentre estes 5 que foram contrários, estava o *New York Times*, um dos principais da época. Seu editor chefe era judeu, mas não sionista. Coincidentemente, seu periódico esteve a beira da falência e ele foi acusado de antissionista, sofrendo fortes represálias. Além da mídia, as escolas atuaram como determinantes no processo. Seus diretores eram sionistas e propagandistas da causa através dos projetos pedagógicos. Paralelo a isso, foram criadas na época inúmeras escolas sionistas conservadoras, onde estudavam os filhos e netos das famílias mais ortodoxas.

Consolidado o primeiro passo – opinião pública – partiram para o segundo, que seria o apoio efetivo político. O primeiro ganho sionista nesta busca foi a criação do *American Palestine Committee*, sob a presidência de um senador de Nova York. Robert Wagner ajudou a recrutar o apoio no Senado e conseguiu obter, em 1944, cerca de setenta assinaturas de senadores autorizando um pronunciamento público sobre a importância do estabelecimento de judeus em um Estado. Wagner mostrou o caso como causa humanitária. Ao fim das resoluções, o *Committee* possuía 6.500 membros, entre senadores, prefeitos, juristas, educadores, civis e líderes do governo em geral. O escritório em Nova York que cuidava dos assuntos sionistas, criado em 1939, o *American Zionist Emergency Council*, tinha mais de 14 departamentos que cuidavam dos mais diversificados assuntos.

A mobilização dos políticos em torno do sionismo chegava a Washington. Efetivamente, a atuação na política americana se reduzia aos comitês regionais espalhados por todas as cidades americanas, não tendo conseguido ainda chegar ao Congresso. As resoluções de apoio a imigração para a palestina foram apresentadas no Congresso Americano, em 1944, tendo o apoio de ambos os partidos, tanto democrata quanto republicano. Estas foram encaminhadas ao Comitê de Relações Exteriores, que era dirigido por Sol Bloom. O que os sionistas queriam era estimular a imigração para a palestina e dar continuidade a criação de instituições que se gestavam na região desde o período em que o mandato britânico entrou em vigor. Sionista e democrata, Bloom que morava e era eleito em Nova York, não mediu esforços para a aprovação das resoluções levadas até ele por outros dois senadores. Porém, em 1944, Roosevelt mandou suspender as ações previstas na

resolução, pois argumentava que o apoio poderia precipitar um conflito, além de causar um custo de guerra – caso essa acontecesse – muito alto, com baixas nas tropas americanas e a ruptura com as negociações com os árabes. O resultado desta protelação se deu na acusação pelos sionistas do AZEC, de que o Senador Bloom estava poupando seus esforços para as negociações entre o governo e os interesses sionistas. A ameaça sobre Bloom não ficou só nas palavras, sendo que o AZEC se prontificou a apoiar ao partido republicano, ao invés do democrata. A partir deste fato, podemos então estabelecer a dimensão da pressão da causa judaica na política americana. Os partidos republicano e democrata, a essa altura, já estavam imersos pela política sionista de uma maneira que não havia mais como retroceder. Formou-se o que podemos chamar de lobby judaico, um instrumento de coalizão de grupos em prol da causa israelense.

Segundo Mearsheimer e Walt (2006), o lobby não atua na política americana como uma instituição, em um lugar com sede e um escritório, por exemplo. Também não possui uma liderança central, ou um organismo majoritário. Mas se configurou, desde os anos de 1930 nos Estados Unidos como um mecanismo difuso, bem assegurado e fixado em várias esferas de atuação, presente em quase todos os extratos da sociedade. Mearsheimer e Walt ainda argumentam que existem muitos judeus americanos, entre autoridades ou apenas pertencentes à comunidade em geral, que não são favoráveis as decisões pró-Israel. Mas ainda hoje, aqueles que buscam alternativas razoáveis para a decisão dos conflitos, ou quem sabe até uma pacificação, são duramente reprimidos e expostos para o resto da comunidade judaica, acusados de antissionismo, antissemistismo e qualquer outra ofensa que, em geral, distorce a intenção inicial das argumentações. O lobby se configurou tão intensamente que naquele momento fazia parte dos programas de governo, das mídias das mais diversas formas, dos programas educacionais e pedagógicos e, com o advento do holocausto, ganhou mais uma forma de ser incluído como forma de propaganda da causa do judeu sem lar e perseguido. É claro que não se pode descaracterizar a importância e relevância de se discutir o holocausto, mas entender que este foi mais um objeto, como tantos outros, a ser instrumentalizado pelos sionistas, como comoção pública.

Ainda que se tenha analisado a expansão do sionismo enquanto instrumento político e a influência do lobby judaico na política americana, permanece uma lacuna em aberto: encontrar um real sentido para este apoio. Pensar que este apoio teria sido somente efetivado pela presença grandiosa do lobby seria descaracterizar a nova fase que nascia na economia e política mundial, fruto da emergência dos Estados Unidos e da URSS como países hegemônicos. A Doutrina Truman e a criação do Estado de Israel estiveram nitidamente permeadas pela influência da conjuntura da década de 1940-50. Neste sentido, o lobby judaico esteve se utilizando deste contexto para abrir os espaços necessários às suas ambições. Contudo, não foi somente a influência sionista que atuou como fator

determinante para a mudança da política externa americana, tendo como consequência o advento do Estado de Israel. A postura adotada pelos Estados Unidos no cenário internacional veio ao encontro das premissas do lobby e toda a movimentação que este ocasionou internamente.

Conclusão

A importância do lobby na política externa americana é surpreendente, do ponto de vista das relações internacionais. Sob alguns aspectos, podemos notar que este apoio teria sido infundado, pois ao se concretizar, abalou as relações comerciais e diplomáticas que já haviam sido firmadas com os árabes. Além disso, a consequência desta empreitada rumo ao oriente, teria custos onerosos ao Estado americano, pois o material militar e bélico necessário para respaldar a ousadia de tamanho passo, seria gigantesco – como foi, a exemplo da primeira guerra árabe-israelense quando os israelenses contaram com ajuda generosa dos Estados Unidos. Então poderíamos na falta de outra opção, nos agarrar a justificativas morais, canônicas, ou até mesmo democráticas. Porém, isso não se sustenta, pois grande número de judeus era contra a instrumentalização da religião para a criação de uma nacionalidade; e pensando em Estado democrático, Israel está longe de ser um, pois prioriza a questão religiosa e outros fatores, o que os afastariam da ideal democracia americana.

Para tantos argumentos que evidenciam a falta denexo entre o apoio incondicional aos sionistas, pode-se inferir sobre a realidade internacional do período. Hobsbawm (2010) ressalta que os anos que se seguiram após a segunda grande guerra, foram turbulentos para os países do terceiro mundo. O surgimento do cenário bipolar trouxe consigo a descolonização das regiões antes pertencentes aos impérios europeus e a necessidade de algum poder para suprir esta ausência. Os países do terceiro mundo, por sua vez, não estavam preparados para tal choque, deparando-se com *déficit* tecnológicos e industriais que colocaram em voga sua realidade de exportadores de produtos primários para países da Europa. Desta forma, estes se aproximavam dos que lhes ofereciam mais condições de inserção na economia mundial e a aproximação das grandes potências dos países periféricos era essencial para a criação de novas áreas de influência na nova configuração de aliados ou clientes. Assim sendo, o que acontecia no mundo respondia as ambições americanas ou soviéticas. Um ou outro Estado tinha uma maior autonomia, mas em geral, todos respondiam todos a estes dois.

Se a conjuntura mundial caminhava para o enfrentamento entre as potências oriental e ocidental, quanto mais se firmassem fronteiras e territórios, mais segurança para a ordem capitalista existiria. Nesse sentido, o presidente Harry Truman, ao lançar mão de uma atitude anticomunista com a Doutrina Truman, evidenciou a ambição capitalista de obtenção

de territórios para a expansão americana. Os países que estavam mais próximos a URSS se tornaram alvo da ameaça militar estadunidense. Portanto, o oriente respondia a realidade desse entrave entre o mundo bipolar. Assim sendo, a criação do Estado de Israel ocorreu em um momento histórico no qual houve uma convergência de interesses: de um lado os sionistas articulando há décadas seu projeto de nacionalidade judaica; de outro os americanos, lutando contra a “ameaça” soviética que a guerra fria propunha. Nesse jogo, ambos encontram brechas para a efetivação de seus projetos, que caminhavam na mesma direção.

Do ponto de vista externo, o fato é que os Estados Unidos se comprometeu com uma região que se tornou um entrave em sua política e na do mundo inteiro. A região da Palestina foi duramente subjugada e colonizada pelos sionistas, o que provocou e provoca até hoje, uma situação de conflito constante. Além disso, o Estado de Israel tem se mostrado demasiado autônomo, do ponto de vista diplomático, não respondendo as solicitações americanas e exigindo os mesmos benefícios que sempre tivera. Do ponto de vista interno, o lobby continua existindo ativamente, influenciando fortemente nas decisões políticas da América. Um exemplo desta influência é o posicionamento do atual presidente americano Barack Obama, que hesitou em flexibilizar as políticas relacionadas ao oriente médio em fins de 2011, visto que em 2012 acontecerão às eleições para presidência nos Estados Unidos e Obama pertence ao partido democrata, que tem suas plataformas político-eleitorais generosamente financiadas pelas organizações sionistas.

Lamentavelmente, ainda persiste o questionamento sobre até que ponto e até quando esta influência do lobby atuará como um entrave nas resoluções dos conflitos palestinos e, de que maneira a nova realidade internacional do século XXI responderá a estes acontecimentos. A configuração mundial nos mostra que o terceiro mundo está emergindo de maneira considerável sob aspectos políticos, econômicos e sociais. Cabe ao resto da comunidade internacional perceber que uma região não pode mais permanecer ao julgo de outra, pois este fato está deslocado no tempo e espaço dos processos históricos.

Referências

- DEL ROIO, M. (Org.). O marxismo e o oriente: quando as periferias se tornam o centro. São Paulo/Marília: Ícone/Oficina Universitária, 2008.
- GOMES, Aura Rejane. A Questão da Palestina e a Fundação de Israel - Dissertação de Mestrado na USP. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759>.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- MARTÍNEZ CARRERAS, José U. El mundo árabe e Israel: el próximo oriente en el siglo XX. Madrid: Istmo, 1992.
- MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. Novos Estudos – CEBRAP, nº 76, novembro, 2006, pp. 43-73. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/03.pdf>>. Acesso em: 12 de jan 2012.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SAND, Shlomo. A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo. São Paulo: Benvirá, 2011.
- SOLIMAN, Lotfallah. Por uma história profana da palestina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Da guerra fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas. Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- LESSA, Antonio Carlos. História das relações internacionais: a pax britânica e o mundo do século XX. Petrópolis: Vozes, 2005